



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS ESTADO DE MINAS GERAIS



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/RATEIO PADRONIZADO PARA OS
MUNICÍPIOS CONSORCIADOS CONFORME ESTATUTO SOCIAL DO CONSÓRCIO
PÚBLICO DA MICRORREGIÃO DE SETE LAGOAS – CISMISEL - ART 57 E ART 58,§5º.

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE LOCOMOÇÃO DE PACIENTES
Nº DO CONTRATO CISMISEL 007/2018
Nº DO CONTRATO DO MUNICÍPIO 002/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA
MICRORREGIÃO DE SETE LAGOAS –
CISMISEL e O MUNICÍPIO DE
PAPAGAIOS/ MG.

MUNICÍPIO DE PAPAGAIOS - MINAS GERAIS, inscrito no CNPJ sob o nº
18.313.866/0001-18, com sede administrativa na Av. Dona Joaquina do Pompéu, 64,
Centro, Papagaios, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo seu prefeito
municipal, **Mário Reis Filgueiras**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 526.534.556-68,
portador da Carteira de Identidade nº M.1.659.404 SSP/MG, denominado
simplesmente **CONTRATANTE** e CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA
MICRORREGIÃO DE SETE LAGOAS-CISMISEL, Associação Pública de Direito Público,
com sede na Avenida Artur Lanza, nº 415, Bairro Dante Lanza, Sete Lagoas, Minas
Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 01.202.226/0001-38, neste ato representado por seu
presidente o Sr. **Geraldo Custodio Silva Junior**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o
nº 898.279.456-53 e portador da Carteira de Identidade MG - 6090318 SSP/MG,
doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, têm entre si certo e ajustado a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS ESTADO DE MINAS GERAIS



contratação para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, cujo objeto encontra-se mencionado na Cláusula Segunda do presente contrato, tudo em conformidade com as cláusulas e condições adiante enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento jurídico tem por fundamento legal no art. 196 e seguintes da CF/88; na Lei Federal nº 8080 de 19.09.1990, da Lei Federal nº 11.107/2005 e o seu Decreto Regulamentador nº 6.017/07, na Lei Estadual nº 18.036 de 12/01/2009, na Lei Orgânica do Município, no art. 3º, § 3º da Lei 8.142/90, nas normas gerais da Lei nº 8.666/93, no Protocolo de Intenções datado de 13/04/2012, além das demais disposições gerais e regulamentares aplicáveis à espécie, e considerando que a licitação é **DISPENSADA**, nos termos do item III, § 1º do art. 2º da Lei nº 11.107/05 c/c com o art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07, e no art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, dos seguintes serviços:

I – Transporte de paciente eletivo, previsto na Rota: Papagaios – Sete Lagoas, 05 dias por semana, ida e volta, segunda a sexta-feira – carro placa HMH -5129.

II – Gerenciamento/gestão e manutenção de sistema e banco de dados.

Parágrafo Único. Os serviços tratados nesta cláusula são efetivados nos moldes e parâmetros definidos no Programa da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, denominado SISTEMA ESTADUAL DE TRANSPORTE EM SAÚDE – SETS, visando garantir aos usuários do Sistema Único de Saúde, melhores condições nos seus deslocamentos para a realização de exames, consultas especializadas e demais atendimentos em Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS ESTADO DE MINAS GERAIS



Na execução do presente contrato, as partes observarão as seguintes normas gerais:

I - Não poderá ser cobrado do paciente ou de seu acompanhante qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;

II - O CONTRATANTE responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado, preposto ou contratado, em razão da execução deste contrato;

III - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATADO sobre a execução do objeto deste contrato, o mesmo reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Legislação da Saúde;

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CISMISEL -SETS

Para o cumprimento do objeto deste contrato, o CONTRATADO se obriga a:

I – Disponibilizar o veículo para transporte dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, agendados pelo Município CONTRATANTE;

II - Responsabilizar-se pelo abastecimento do veículo utilizado na prestação dos serviços de transporte,

III – Gerenciar as rotas, com distribuição e informação dos dias e horários dos transportes;

IV – Manter/arquivar em banco de dados as informações necessárias ao funcionamento dos serviços;

V – Responsabilizar-se pelo seguro do veículo (contra-terceiros) utilizado na prestação dos serviços de transporte;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIO ESTADO DE MINAS GERAIS



VI – Notificar o CONTRATANTE sobre quaisquer alterações procedimentais na execução deste contrato, assim como quaisquer ocorrências relevantes de seu interesse.

VII - Fornecer ao CONTRATANTE os uniformes a serem utilizados pelo motorista e pelo agente de viagem;

VIII - Garantir as adequadas condições de funcionamento do veículo utilizado na prestação dos serviços de transporte, arcando inclusive com as despesas relativas à manutenção mecânica, pneus e limpeza;

IX - Comunicar ao MUNICÍPIO a constatação de qualquer irregularidade na utilização do veículo ou descumprimento do regulamento do SETS;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS CONTRATANTES

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

I – Efetivar, para o atendimento do usuário, a devida marcação no(s) sistema(s) disponibilizado(s) pelo **CISMISEL**, com a antecedência estabelecida;

II – Remanejar ou interromper as marcações em caso de utilização total de sua cota, sob pena de arcar, incontestemente, com as diferenças apuradas;

III – Comunicar ao **CISMISEL** quanto a qualquer problema ou ocorrência na prestação dos serviços;

IV – Manter em rigorosa pontualidade os pagamentos, sob pena de paralisação/recolhimento do veículo por parte do **CISMISEL**, após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso;

V – Providenciar as dotações orçamentárias, reservas e empenhos necessários à fiel contraprestação deste contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIO ESTADO DE MINAS GERAIS



VI - Disponibilizar motorista e agente de viagem, para a realização das viagens do veículo utilizado no transporte, arcando com as despesas remuneratórias e demais obrigações trabalhistas dos mesmos;

VII - Manter o veículo em perfeito estado de limpeza e conservação internamente, todos os dias após o retorno das viagens ao Município;

VIII - Levar o veículo às oficinas para as devidas e necessárias manutenções e ao Lava-jato licitado pela CISMISEL, sempre e somente quando solicitado pelo gerente de Transportes;

IX - Arcar com os custos de reparos emergenciais com pneus/borracharia que se fizerem necessários durante o transporte de pacientes, sem direito a ressarcimento do gasto pelo CONTRATADO. Caso o reparo seja pago pelo motorista com recursos próprios, cabe à CONTRATANTE ressarcir o funcionário, após a apresentação de nota fiscal ou comprovante do respectivo reparo.

X - Comunicar o mais breve possível, ao Gerente de Transportes, qualquer anormalidade que venha acontecer com o veículo;

XI - Arcar com o pagamento das multas de trânsito que forem de responsabilidade/culpa do Motorista;

XII - Garantir a segurança patrimonial e a preservação do veículo, sendo o mesmo guardião do ônibus que realiza sua Rota, guardando-o, se possível em garagem coberta. Caso o veículo sofra alguma avaria fora das realizações da rota, caberá ao CONTRATANTE arcar com os custos dos reparos que se fizerem necessários;

XIII - Somente autorizar o veículo iniciar a viagem com todos os pacientes portando suas passagens e o mapa de Viagem, sendo estes dois itens de responsabilidade do agente de viagem, ficando os mesmos sujeitos a punições por parte dos órgãos de fiscalização, na falta dos mesmos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS ESTADO DE MINAS GERAIS



XIV - Fiscalizar o uso obrigatório do uniforme fornecido pelo Cismisel-Sets e fiscalizar o estrito cumprimento das normas e procedimentos emanados pelo Cismisel;

XV - Cumprir fielmente as rotas estabelecidas pelo regulamento do SETS, bem como os locais de embarque e desembarque, além dos horários de partida e retorno.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da seguinte Dotação

Orçamentária: Município de Papagaios:	Ficha	00741
Órgão:	02	Prefeitura Municipal
Unidade:	02.07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade:	02.07.10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional Programática:	10.302.0434.2578	MANUTENÇÃO ATIVIDADES CISMISEL
Elemento da Despesa:	3.3.93.39.00	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso:	1.02.00	Recursos Próprios - Saúde mínimo 15%

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

§ 1º O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, a importância de R\$ 2.140,27 (dois mil cento e quarenta reais e vinte e sete centavos) por mês relativo aos custos fixos e serviços de administração, conforme planilha de custos anexada ao contrato. Este valor será cobrado independente do uso do veículo.

§ 2º De acordo com a mesma planilha, fica estabelecido o valor de R\$1,32 por km rodado. (estimativa de quilometragem 200 Km/dia. Estimativa de uso: 22 dias)

§ 3º Os valores serão pagos através da ferramenta administrativa do débito em conta ou transferência automática, a ser devidamente autorizada pelos CONTRATANTES junto à instituição financeira indicada pelo CONTRATADO.

§ 4º O Valor total do presente contrato fica estimado em R\$ 95.379,24 (noventa e cinco mil trezentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos) referente à prestação de serviços do período de 02/01/2018 até 31/12/2018.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAÍOS ESTADO DE MINAS GERAIS



I – O CONTRATADO apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o dia 05 (cinco) de cada mês, os documentos de cobrança pertinentes, atestando a prestação dos serviços;

II – O CONTRATADO efetuará o *débito em conta/transfêrencia automática* da conta do CONTRATANTE, do valor referente à nota fiscal, e estipulado através da Cláusula Sétima deste contrato, até o dia 10 (dez) do mês corrente;

III – em caso de qualquer divergência apurada pelo CONTRATANTE, este deverá comunicar formalmente o fato ao **CISMISEL**, que adotará as medidas necessárias à pronta resolução do problema.

IV - O CONTRATADO, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento devido pelo CONTRATANTE, fica livre de qualquer responsabilidade pela inexecução dos serviços objeto deste Contrato, assim como pelo não atendimento do paciente amparado pelo Sistema Único de Saúde - SUS; ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

CLÁUSULA NONA - DO ATRASO NO PAGAMENTO

O atraso no pagamento por parte do município CONTRATANTE implica em:

I - Multa no valor de 2% sobre o valor total devido naquele mês,

II - Juros de 1% ao mês sobre o valor devido.

III - A multa e os juros são cumulativos.

IV - Havendo necessidade de correção monetária, será utilizado o índice do IGPM.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DO PREÇO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS ESTADO DE MINAS GERAIS



Os valores estipulados na Cláusula Sétima poderão ser reajustados conforme a Tabela do Sistema Estadual de Transporte em Saúde - SETs, observando-se as normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo único. Os reajustes independem de Termo Aditivo, sendo necessário anotar no processo administrativo a origem e autorização do reajuste, bem como dos respectivos cálculos e cópia da ATA que contiver os registros da deliberação do assunto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS HUMANOS

§ 1º Os Municípios CONTRATANTES cederão 01 (um) **MOTORISTA** e 01 (um) **AGENTE DE VIAGEM** (para cada viagem), ida e volta, para a execução do presente contrato, ficando o CONTRATADO com a autonomia para definir quantos motoristas e agentes são necessários para o cumprimento do Objeto.

§ 2º O CONTRATANTE será o único e exclusivo responsável pelo mesmo no que concerne ao vínculo empregatício, pagamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais etc., não gerando qualquer ônus ao CONTRATADO;

§ 3º O Motorista deverá ser habilitado com a CNH categoria "D", com comprovação através de histórico do DETRAN de que não tenha cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou seja, reincidente em infrações médias durante os 06 (seis) últimos meses e que tenha o curso do SEST/SENAT (Transporte Coletivo de Passageiros) em dia.

§ 4º Por se tratar de uma atividade essencial à população e de muita responsabilidade profissional, que podem ocasionar acidentes que colocam em risco a vida de um grande número de pessoas, o CONTRATANTE deverá comprovar através de certidão, que o motorista cedido ao CONTRATADO é possuidor de no mínimo 06 (seis) meses de experiência, em transporte coletivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS ESTADO DE MINAS GERAIS



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será avaliada pelos órgãos competentes, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

§ 2º Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operacional do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 3º A fiscalização exercida pelo CONTRATADO, sobre os serviços ora contratados, não eximirá o CONTRATANTE da sua plena responsabilidade com os pacientes e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

§ 4º O CONTRATADO facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos do CONTRATANTE, designados para tal fim.

§ 5º Em qualquer hipótese é assegurado às partes amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS ESTADO DE MINAS GERAIS



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pelas partes, cabe recurso no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 1º Da decisão da parte que rescindir o presente contrato, cabe inicialmente pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 2º Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo antecedente, a parte autora do pedido deverá manifestar-se no prazo de quinze (15) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A duração do presente contrato será de 02/01/2018 até o dia 31/12/2018, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

§ 1º Qualquer alteração no presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente às licitações e contratos administrativos.

§ 2º Os ajustes logísticos e operacionais deste contrato são definidos pelo CONTRATADO através de participação efetiva dos CONTRATANTES por meio de reuniões periódicas realizadas com os Secretários de Saúde de todos os municípios consorciados ao CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE se compromete em publicar o extrato do presente contrato, em veículo oficial, com no máximo até 20 (vinte) dias após a data de sua assinatura.

